

Transcrição - É da Sua Conta #42

Abertura	
Grazielle David	Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Daniela Stefano	<p>E eu a Daniela Stefano.</p> <p>O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal.</p> <p>Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em www.edasuaconta.com e nos mais populares tocadores de áudio digital.</p>
sobe BG	
Grazi	<p>A democracia é fundamental para que a economia funcione para todas as pessoas.</p> <p>E o episódio #42 do É da sua conta está dedicado a avaliar a relação entre justiça fiscal e financiamento de campanhas eleitorais.</p> <p>Siga escutando que vamos te contar sobre alguns dos graaaanndes doadores a candidatos, e como eles são fãs de sonegar impostos...que nós pagamos.</p>
Dani	Pela lista de distribuição do É da sua conta no Whatsapp, perguntamos aos nossos ouvintes como a democracia pode fazer com que a economia funcione para todas as pessoas. E algumas das respostas estão nesse episódio.
BUMPER	
Sidnei	Olá! Meu nome é Sidnei sou do Rio de Janeiro capital. A democracia é fundamental pra acompanhamento e transparência das contas públicas, saber o que está sendo feito com o nosso dinheiro dos impostos, quem está sendo beneficiado e quem está sendo prejudicado. Até mesmo seu direito de ir e vir, seu direito de credo, sua participação e fiscalização nas ações do governo só acontecem em ambientes democráticos. Sem democracia até seu consumo, suas escolhas entre produtos, preços, enfim, fica tudo prejudicado.
BUMPER	
Dani	<p>Um dos princípios básicos das democracias é a eleição direta de seus representantes.</p> <p>Agora, como as campanhas eleitorais são financiadas e de que forma elas interferem no resultado ou nas políticas que serão elaboradas pelos futuros governantes?</p> <p>E qual é a influência que temos sobre os políticos que deveriam nos representar?</p>
Grazi	Uma pesquisa de décadas realizada por Martin Gilens, professor de ciências políticas da Universidade de Princeton nos EUA, responde essas perguntas em um vídeo da própria universidade e disponível no youtube. O link está na descrição do episódio.

Martin Gilens	A questão básica do estudo é: os americanos ricos sabem como são formuladas as políticas públicas? E isso é mais verdadeiro agora do que era há algumas décadas?
Grazi	Junto com uma equipe de pesquisadores associados, o professor Martin Gilens realizou uma série de questionários, com uma amostra nacional de estadunidenses perguntando se eles apoiavam ou rejeitavam determinadas questões. E depois realizou um processo de análise para ver se elas haviam sido ou não adotadas no país pelos governantes.
Martin	Com esse enorme conjunto de dados, pude avaliar a probabilidade de que uma mudança em uma política do governo ocorreria dependendo de quanto apoio ou oposição havia entre os americanos de renda baixa, média ou alta.
Grazi	Qual foi o achado principal do estudo?
Martin	O grau de influência da desigualdade sobre o governo é enorme. Quando as preferências políticas divergem entre quem tem as rendas mais baixas, médias e altas, o que se vê é uma influência significativa dos que têm rendimentos mais altos, enquanto que não há nenhuma influência daqueles com os têm rendimentos mais baixos.
Grazi	E, em uma democracia, qual o problema dos desejos das pessoas mais ricas serem aprovados como lei no país, enquanto as necessidades das pessoas mais pobres e da classe média seguem sendo negadas?
Martin	Em um sentido mais amplo, para ser uma democracia, todos os cidadãos devem ter alguma capacidade de influenciar as escolhas que um governo faz. Mas em um sentido mais prático, importam as políticas específicas que resultam da influência de diferentes grupos, porque moldam a vida das pessoas de maneiras extremamente importantes.
BUMPER	
Michele Carvalho	Oi, meu nome é Michele Carvalho, sou de São Paulo, Brasil. Nos últimos anos a gente tem visto o resultado catastrófico de um governo que não governa pra todos. Sob o desgoverno do atual presidente o nosso país retrocedeu em anos. A total falta de interesse e preocupação com a maior parte da população, o sigilo de 100 anos e a falta de diálogo com a sociedade civil levaram de volta o Brasil ao mapa da fome, com as altas taxas de desemprego e a inflação que come todo nosso dinheiro. Por isso que as eleições desse ano são tão importantes pro futuro do país. É importante pensar em votar em um governo que realmente governe pra maior parte da população brasileira, não pra certos setores e interesses de poucos.
BUMPER	
Grazi	Como demonstrou a pesquisa do professor Martin Giles, o financiamento privado de campanhas eleitorais fez com que os interesses dos mais ricos ficassem acima das necessidades das classes médias e baixa nos Estados Unidos. O mesmo tem ocorrido em muitas partes do mundo. Por exemplo, na questão tributária: com os mais ricos tendo maior influência sobre os políticos, é muito provável que eles façam de tudo e consigam reduzir os tributos para eles, justamente aqueles que têm condições de contribuir mais. Apesar disso, pesquisas sobre quem deve financiar campanhas eleitorais mostram

	que a resposta mais frequente entre os entrevistados é:“os políticos devem se financiar”.
Nick Shaxson	Isso seria bom, é claro, se fosse fácil levantar um dólar de um milhão de pessoas, por exemplo. Mas isso é muito, muito difícil.
Dani	Este é o nosso colunista, o jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network.
Nick	Muito mais fácil, em vez de arrecadar um dólar de um milhão de pessoas, é conseguir o mesmo, arrecadando um milhão de dólares de uma pessoa ou empresa. Por que uma pessoa rica ou uma empresa daria muito dinheiro a um político? Todos nós sabemos a resposta a esta pergunta: porque esperam que o político lhes faça um favor quando eles chegarem ao poder. Talvez um grande corte nos impostos, ou um grande contrato governamental, e assim por diante. Isto é corrupção, é muito prejudicial ao país
Dani	Então, como financiar campanhas políticas de forma que sejam mais democráticas e mais justas?
Nick	Uma alternativa é dar dinheiro público - de impostos - aos políticos. Alguns estados dos EUA adotaram algumas versões de financiamento público para eleições, assim como alguns países como Alemanha, Irlanda, Japão, Reino Unido e outros.
BUMPER	
Martonio Montalverne Barreto Lima	Meu nome é Martonio Montalverne Barreto Lima, falo de Fortaleza, estado do Ceará, Brasil. A democracia garante direitos e deveres aos trabalhadores, mas ela garante também direitos e deveres àqueles que trabalham pelo capital produtivo. Portanto nesse sentido não há que se pensar numa possibilidade de desenvolvimento econômico sem democracia. É verdade, algumas experiências mostraram desenvolvimento econômico sem democracia, mas é igualmente verdade que estas experiências em períodos não muito longos foram todas revistas e acabaram por revelar as suas imensas fragilidades. O que nós teremos portanto agora no dia 30 de outubro de 2022 é a necessidade da manutenção da democracia.
SOBE BG	
Grazi	No Brasil, dois fundos públicos financiam partidos políticos e a corrida eleitoral. Ele foram criados entre 2010 e 2014 pelo Congresso Nacional. O fundo partidário, que está em mais ou menos 5 bilhões de reais, ou seja, quase 1 bilhão de dólares, é dividido entre os partidos políticos de acordo com a quantidade de assentos que possuem no parlamento e serve para arcar com os custos do gerenciamento dos partidos políticos.

	<p>Já o fundo especial de financiamento de campanha é específico para eleição e também busca possibilitar uma certa igualdade na competição.</p>
Dani	<p>Para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres atuando como políticos nas diferentes esferas de poder, por exemplo, desde 2018, 30% deste valor é destinado para candidaturas femininas.</p> <p>A partir de 2020 também se inclui uma cota para candidaturas de negros e indígenas.</p> <p>E isso é importante porque quanto mais as diversidades estiverem representadas nas esferas políticas, melhores serão as oportunidades de vida para o conjunto da população. Isso significa o fortalecimento da democracia.</p> <p>Em 2018, 77 mulheres passaram a ocupar as cadeiras do congresso nacional. Na eleição de 2 de outubro de 2022 foram eleitas 91 deputadas federais. E embora tenha aumentado na eleição mais recente, o número de mulheres representa menos de 20% da quantidade de homens deputados.</p> <p>Agora, qual é a relação entre o aumento de mulheres e a obrigatoriedade de 30% desses recursos serem para financiar a candidatura delas?</p> <p>Quem responde é a advogada Maíra Recchia, presidente do observatório de direito eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo:</p>
Maíra Recchia	<p>Sem dinheiro você não consegue chegar e ultrapassar suas bolhas e ultrapassar território ou fazer com que sua propaganda seja vista ou você mesmo conseguir se dirigir a diversos locais, então o financiamento é extremamente importante pra que você tenha aí uma chance do eleitorado te conhecer. O outro pilar que eu reputo que seja também de suma importância é a visibilidade, da regra da propaganda eleitoral gratuita. Então se você não tem um financiamento de campanha e se você não tem uma aparição na propaganda de rádio e tv, que ainda causa muito impacto no eleitorado brasileiro, você não tem historicamente chance de performar como os homens. Então não tenho dúvida que essa política afirmativa de tentativa de inclusão desses grupos minoritários na corrida eleitoral ela é fundamental pra gente diminuir essa diferença entre os gêneros e entre as raças também dentro do parlamento.</p>
Grazi	<p>Mas é o partido quem vai decidir quanto irá transferir para cada candidato ou candidata:</p>
Maíra	<p>A gente acompanha muitas histórias de mulheres que não recebem ou de homens que também não recebem porque o partido tem a questão da autonomia e da independência partidária, ou seja, ele pode escolher algumas candidaturas que reputam mais competitivas e acabar investindo mais nessas candidaturas.</p>
Dani	<p>E como o recurso dos fundos públicos não alcançam todas as despesas de uma campanha eleitoral, candidatos e candidatas podem recorrer também a doações de pessoas físicas.</p> <p>Quais são as regras, Maíra?</p>
Maíra	<p>Seja uma doação direta, mas tem que ser documentada e a pessoa pode fazer aquela doação direto praquela campanha dentro do período eleitoral, ou seja, após o registro de candidatura. Antes disso a única forma de se fazer doação eleitoral pra pré-candidato é através daqueles financiamentos coletivos, as vaquinhas virtuais que começaram nos EUA e chegaram no Brasil, são bastante regulamentadas e as pessoas podem fazer essa doação pra essa plataforma e essa plataforma, uma vez que aquele pré-candidato consegue o registro da sua candidatura, aquele dinheiro que foi depositado naquela plataforma vai automaticamente pra sua conta de pessoa jurídica de campanha; falando aqui de</p>

	<p>pessoa jurídica de campanha quer dizer o candidato ou candidata acaba tendo essa nomenclatura enquanto concorrente.</p>
Grazi	<p>Um advogado mineiro, Fabiano Campos Zettel, doou quase 600 mil dólares ao candidato Bolsonaro que concorre à reeleição. O mesmo advogado doou também mais de 380 mil dólares para o candidato ao governo do estado de São Paulo aliado a Bolsonaro, o Tarcisio. Quanto uma pessoa física pode doar?</p>
Maíra	<p>Ninguém pode doar pra outro candidato ou pra outra candidata mais do que 10% do que declarou a título de rendimento no seu imposto de renda do ano anterior.</p>
Grazi	<p>Então, no caso do Zettel ele deve ter declarado à Receita Federal rendimentos em 2021 de pelo menos 9 milhões e 800 mil dólares!</p> <p>Enquanto isso, o rendimento anual de uma pessoa que em 2021 ganha 1 salário mínimo foi de 3.000 dólares. Isso é um rendimento anual 673 vezes menor que o do Zettel.</p> <p>Lembram o que mostrou o estudo do professor Martin Gilles de Princeton? A desigualdade de renda afeta a democracia e os resultados das políticas públicas.</p> <p>Caso Bolsonaro seja reeleito, é muito mais provável que os desejos do Zettel sejam atendidos do que as necessidades da maioria da população que ganha entre 1 e 2 salários mínimos.</p>
Dani	<p>Os valores doados por pessoas físicas para todos os candidatos e candidatas estão disponíveis no site Divulga Cand, do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>Entre os doadores do candidato à presidência Lula, o maior valor doado até 26 de outubro de 2022 é de quase 380 mil dólares através de uma plataforma de financiamento coletivo, ou seja, muitas pessoas doaram pequenas quantias para juntas chegarem a esse montante.</p> <p>Já entre os doadores do candidato Bolsonaro, oito pessoas físicas doaram pelo menos 1 milhão de reais, ou seja, mais de 200 mil dólares cada uma, sendo que a maior parte destes doadores são grandes empresários.</p> <p>Maíra, como você avalia essas diferenças?</p>
Maíra	<p>É uma questão que em tese ela é legal. A grande diferença talvez se dê com relação a projetos, de fato. Então se você tem um candidato a reeleição que é apoiado por parte do empresariado, ele tende a receber quantias mais vultosas. Se você tem um presidente que acaba sendo apoiado também por boa parte do empresariado porque o candidato à presidência Lula também tem grandes apoiadores, seja da indústria, seja do empresariado, e também da comunidade mais pobre, enfim é um projeto muitas vezes também de natureza bastante popular, as plataformas são projetos bastante diferentes de cunho político, mas me parece que o candidato Lula não pratica esses jeitinhos de você burlar a legislação eleitoral.</p>
Grazi	<p>Bolsonaro, recebeu, até 16 de outubro de 2022, aproximadamente, 12 milhões e 500 mil dólares de doações de pessoas físicas que são empresárias, sendo mais da metade desse valor logo após o resultado do primeiro turno, ou seja, o valor é para apoiar o candidato no segundo turno das eleições. Enquanto que o candidato Lula não recebeu doações de altos valores.</p> <p>Desde 2016, empresas não podem doar para campanhas eleitorais. Mas na opinião da advogada Maíra Recchia, seria melhor que a lei voltasse a permitir doações de empresas:</p>
Maíra	<p>Se você mantém as doações de pessoa jurídicas e você consegue fazer o caminho do dinheiro, é muito mais fácil de você fiscalizar do que se você não faz. É</p>

	<p>muito mais fácil de você auferir, avaliar caso ela ganhe uma licitação se houve algum tipo de vantagem, se houve algum tipo de predileção, se houve algum tipo de acordo pra que acontecesse aquilo. é muito mais fácil você conseguir analisar esse tipo de conduta pelos órgãos investigativos, pelo próprio tribunal de contas do Estado, ou tribunal de contas da União, é muito mais fácil. Agora quando você não tem essa possibilidade, mas você tem a possibilidade de pessoas físicas sócios dessas empresas doando, e isso não tem nada de errado porque a legislação prevê, mas que subliminarmente pode haver algum tipo de vantagem em eventual sucesso do governo, me parece que chama mais a atenção porque fica mais difícil de fiscalizar.</p>
BUMPER	
Kelcio Cesar Goedert	<p>Meu nome é Kelcio Cesar Goedert, moro em Blumenau, Santa Catarina. Tendo em mente os objetivos da nossa república, que estão lá no artigo 3º da Constituição Federal, em especial dois objetivos, quais sejam, o 1º de construir uma sociedade livre e justa e solidária e o 2º de erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, a partir desses dois objetivos a gente pode imaginar que o Estado deva possuir ferramentas pra que realmente se concretize esses objetivos no dia a dia. Pra isso precisamos olhar as falhas do nosso sistema econômico e saber que precisamos intervir por meio da tributação e de políticas públicas para trazer a equidade entre os cidadãos. Precisamos dar a mesma oportunidade de cada cidadão crescer e quando isso acontece, o país todo cresce. Novos negócios surgem, a renda é aumentada, o consumo cresce, a indústria, o comércio, o serviço contratam mais, ou seja, há um verdadeiro ganha-ganha para todos os envolvidos.</p>
BUMPER	
Dani	<p>As regras das eleições no Brasil tem como objetivo fazer com que se garanta igualdade de condições aos concorrentes. Mas se alguma candidatura romper com o princípio da igualdade, ela pode sofrer sanções.</p>
Grazi	<p>O mesmo vale para aqueles que cometem crimes de abuso fiscal: devem ser punidos.</p>
Dani	<p>Acontece que entre os oito grandes apoiadores do candidato Bolsonaro estão pessoas que preferem não pagar impostos no Brasil. E outros são acusados de crimes eleitorais.</p> <p>Bora saber um pouco mais sobre alguns deles:</p>
BUMPER	
Grazi	<p>Luciano Hang, dono da Havan, que tem mais de 160 lojas espalhadas por 18 estados brasileiros, colaborou com quase 200 mil dólares para a campanha do presidente Bolsonaro.</p> <p>Além disso, em 10 de outubro de 2022, o Valor Econômico noticiou que o véio da Havan, como é conhecido, disponibilizou a estrutura da empresa na campanha que elegeu Jorge Saief senador pelo estado de Santa Catarina, o que, segundo a lei, é proibido:</p>
Maíra	<p>Uma vez que essa empresa pode ter sido colocada pra fazer campanha, ainda que não por doações financeiras, mas com recrutamento de pessoal, com propaganda internamente, com aporte financeiro do próprio Luciano pra esse tipo de conduta, esse candidato pode incindir nessa hipótese de abuso de poder político, abuso de poder de autoridade e abuso de poder financeiro e econômico e pode ter seu registro ou seu diploma cassado e também se tornar inelegível pelos próximos 8</p>

	anos.
Dani	Em 2018, o Ministério do Trabalho também acusou Luciano Hang de ter coagido os funcionários a votarem em Bolsonaro.
Maira	Então, o que chama a atenção nesse caso do Luciano é que foi uma conduta feita em 2018 e que hoje acabou sendo replicada por outros tantos empresário que veem praticando esse ilícito, esse crime eleitoral e vários vem sendo multados pelo ministério público federal. A grande questão é se isso tem um impacto na corrida eleitoral, de novo: aquelas pessoas que são beneficiadas elas podem sofrer também uma ação de investigação judicial eleitoral e perderem os seus registros, o seu diploma ou serem declaradas inelegíveis.
Grazi	De acordo com Pandora Papers, Luciano Hang, apoiador de Bolsonaro manteve por quase 20 anos uma empresa em paraíso fiscal, a Abigail Worldwide, nas Ilhas Virgens Britânicas, sem comunicar o governo brasileiro sobre a existência dessa empresa. Em outubro de 2018, a empresa tinha um valor de 112 milhões de dólares. Quem comenta o caso é o auditor fiscal da Receita Federal Isac Falcão, que é também o presidente do Sindifisco Nacional:
Isac Falcão	Uma empresa que funciona no Brasil, que extrai o seu lucro do Brasil, dos recursos naturais brasileiros, da força de trabalho brasileira, do meio ambiente brasileiro, da sociedade brasileira ela remete os seus lucros pro exterior ou sob a forma de dividendos ou sob a forma de juros sobre o capital próprio ou até sobre a forma de pagamentos de empréstimos e a detentora do capital dessa empresa sediada num paraíso fiscal recebe isso sem pagar impostos. Nem lá nesse país nem aqui. E na verdade, o dono dessa empresa que está em paraíso fiscal é um brasileiro. Porque fazem isso? Porque há isenções pra estrangeiros que investem no Brasil. Aquela empresa offshore ela vem investir no Brasil como se fosse um investimento estrangeiro, mas na verdade é simplesmente um investimento de um brasileiro que passa por um paraíso fiscal. Isso representa um prejuízo enorme pro Brasil.
Dani	E os super ricos ganharam mais uma ajudinha do governo de Bolsonaro: Em setembro de 2022 foi publicada a Medida Provisória 1137, que amplia essas isenções que o Isac se refere também para títulos emitidos pelas companhias brasileiras para endividamento, ou seja, uma nova modalidade de exportação de lucros obtidos no Brasil sem o pagamento de impostos.
Isac	Na fundamentação da Medida Provisória ela fala sobre a “correção” - entre aspas - de uma distorção alocativa pra dar um tratamento semelhante ao financiamento por emissão de ações pro financiamento por emissão de dívida. Na verdade o que ela está fazendo é aumentando terrivelmente as distorções na medida em que ela está fazendo com que as pessoas muito ricas ou super ricas que já pagam pouquíssimo imposto no Brasil passem a pagar menos ainda.
Grazi	De acordo com Isac Falcão, as isenções custariam ao governo em 2023 cerca de 230 milhões de dólares, o suficiente para beneficiar um milhão e 600 mil pessoas com o Auxílio Brasil por quase dois meses.
BUMPER	
Dani	Vamos saber um pouco mais sobre outros dois doadores da campanha presidencial de Bolsonaro: Pedro e Alexandre Grendene, donos de uma das maiores empresas de calçados no Brasil, do grupo Grendene e que inclui as marcas Vulcabras e Azaleia. Juntos os dois doaram mais de 380 mil dólares ao candidato à reeleição.

Maíra	Esses jeitinhos de se burlar a legislação eleitoral (risos)... O que a gente tá vendo? é a doação de pessoa jurídica personificada. O Bolsonaro ele recebe a doação dos empresários; não recebe das empresas, mas recebe dos empresários.
Grazi	<p>Os irmãos Grendene aparecem em diversos vazamentos sobre paraísos fiscais: Bahamas Leaks, de 2016, Paradise Papers, de 2017 e Pandora Papers, de 2021.</p> <p>O Pedro tem uma empresa offshore nas Ilhas Virgens Britânicas, de acordo com Pandora Papers, no valor de 20 milhões de dólares e o Alexandre tem duas offshores em Delaware, nos Estados Unidos, com 3 milhões e 800 mil dólares; todas ativas quando da reportagem do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.</p> <p>Mas bem antes, em 1986, os irmãos já haviam sido condenados por planejamento tributário agressivo. Isac, o que você pode dizer a respeito desta prática?</p>
Isac	É como se fosse assim: a industrial vende pra empresas comerciais, que são dos mesmos donos da industrial; e esses, por sua vez, revendem pro cliente final. Essa suposta empresa comercial na verdade não tinha funcionários, eram 8 empresas cada uma das quais tinha um só funcionário. Algumas nem tinham funcionários e funcionavam dentro da própria empresa industrial. Elas passam a pagar um imposto de renda por volta de 2% do faturamento delas enquanto a industrial que tinha um lucro enorme e que seria tributada a 34% deixa de pagar tributo. É como se a empresa dividisse o lucro dela em várias pequenas empresas pra aproveitar um regime favorecido pras pequenas empresas como se ela fosse uma pequena empresa e aí cada uma dessas pequenas empresas, o que é faturamento dela na verdade é todo lucro porque elas não têm despesa, não têm existência real, e aí são tributadas numa alíquota muito pequena.
Dani	<p>Esse planejamento tributário agressivo foi julgado no CARF, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Houve empate no julgamento, foi decidido pelo voto de qualidade e o presidente da turma que julgou decidiu que a empresa deveria sim pagar o tributo da forma correta.</p> <p>Entretanto, o Isac lamenta que se o julgamento fosse agora, a empresa provavelmente não pagaria nada, já que o atual governo, de Bolsonaro, acabou com o voto de qualidade no CARF:</p>
Isac	A nossa situação hoje no que diz respeito ao combate de planejamento tributário abusivo é gravíssimo. Situações como essas não estão sendo mais punidas. Então quando o empresário com a intenção de pagar menos tributo ele faz uma operação como essa, essa operação não é mais autuada porque ela é julgada sem o voto de qualidade.
Grazi	O pior é que se depender do projeto de lei PLP 17, que tramita no congresso nacional, o voto de qualidade deixará de existir também nos estados e municípios.
Dani	<p>E pra saber mais sobre o CARF e os abusos fiscais permitidos por esse órgão público, ouça o episódio 40 do É da Sua Conta em www.edasuaconta.com ou no seu tocador de áudios favorito.</p> <p>A Medida Provisória 1137 e o Projeto de Lei Complementar 17 que já citamos neste episódio são exemplos de medidas tributárias que foram tomadas recentemente pelo governo brasileiro e que ampliam a desigualdade.</p>
Isac	A prevalecerem esses projetos de lei e MPs nós teremos um benefício privado enorme em prejuízo do interesse público, ou seja em benefício de alguns certas pessoas particularmente em prejuízo de toda uma sociedade. Isso sim evidencia

	<p>uma certa instrumentalização do poder político por parte de um poder econômico. Por um lado, lamentar isso, mas por outro, denunciar, demonstrar e combater nos meios adequados no congresso nacional, no debate público.</p>
BUMPER	
Grazi	<p>De volta ao professor de Princeton, Martin Gilles, que trouxe achados importantes sobre o financiamento privado de campanha nos Estados Unidos. Ele também tem algumas recomendações para tornar os financiamentos eleitorais mais democráticos:</p>
Martin Gilles	<p>Uma delas seria olhar para as reformas de financiamento de campanha. Além disso, como uma das descobertas do estudo foi que a competição política parece aumentar a capacidade de resposta do governo ao público e tornar essa capacidade de resposta mais igual, que outros tipos de reformas que reforçam a competição política e poderiam ajudar a emular a representação igualitária. A terceira maneira seria focar nas políticas em que os americanos ricos e os menos ricos concordam ou pelo menos têm mais consenso; para que coisas como o apoio governamental à educação, sejam fortemente apoiadas inclusive para aqueles de renda mais alta.</p>
SOBE BG	
Dani	<p>O episódio 16 do É da Sua Conta é dedicado à importância da democracia pra justiça fiscal. Se você ainda não ouviu, busca este episódio em www.edasuaconta.com ou no seu tocador de audios favorito.</p> <p>Agora, os 4 erres da tributação, você se lembra deles e sabe qual R tem a ver com democracia?</p>
Nick Shaxson	<p>Quando as pessoas pensam nas funções dos impostos, geralmente pensam nos dois primeiros "Rs". O primeiro R é receita, o governo recebe receita, e espera gastá-la em coisas úteis como estradas, escolas, tribunais, e assim por diante.</p>
Grazi	<p>De novo o nosso colunista, o jornalista Nick Shaxson da Tax Justice Network.</p>
Nick	<p>O segundo R é a redistribuição, que deveria ser a função de qualquer sistema tributário. Aqui, o princípio de redistribuição é que as pessoas pobres gastam a maior parte de sua renda em necessidades como alimentação e moradia, enquanto os ricos têm muito mais do que realmente precisam para sobreviver. Portanto, é uma característica comumente aceita dos sistemas tributários que eles devem redistribuir os recursos dos ricos para os mais pobres.</p> <p>O terceiro R diz respeito à reestruturação da economia. Há algumas atividades que se quer incentivar e outras que quer desencorajar. Assim, por exemplo, muitos países tributam os cigarros a uma taxa muito alta porque os cigarros são ruins para sua saúde. Eles não querem proibir - o que pode causar tumultos, a gente não vai aceitar a proibição, mas tributá-los pelo menos reduz o fumo.</p>
Dani	<p>E finalmente o R que prova a relevância da tributação para a democracia...</p>
Nick	<p>Este R se chama Representação. Tem relação entre os cidadãos e os governos. Este é mais difícil de ver, mas não pode ser menos importante. Os cidadãos não gostam de pagar dinheiro por nada - eles querem algo em troca dos impostos. Se o governo tem que ir até seus cidadãos e empresas para obter sua receita tributária, então os cidadãos vão exigir que o governo preste serviços públicos adequados em troca. Isto é um acordo democrático de impostos.</p> <p>Então, quando um governo tem que ir aos cidadãos por suas receitas fiscais, isto</p>

	dá poder aos cidadãos. E assim você tende a obter sistemas políticos muito mais saudáveis do que em países onde os governos têm alguma outra fonte de receita, como a receita do petróleo, por exemplo.
BUMPER	
Vitor Barbosa	Sou Vitor Barbosa, falo a partir de Luanda, que é capital de Angola. Angola realizou as suas quintas eleições que elegem presidente da república e deputados ao parlamento e isto significa que é um país que se pretende democrático. Aqui é importante enfatizar aquilo que diz paulo freire: só se é humano com os outros humanos. Se tivermos uma educação para os direitos humanos tomando consciência de que ao fazermos algo em prol dos outros humanos incluindo sentirmo-nos indignados perante as injustiças sociais e expressarmos essa nossa indignação nos diferentes espaços que a democracia nos deve proporcionar estamos sim a contribuir para que a economia, para que os bens existentes possam servir a toda população.
BG CALL TO ACTION	
	<p>O financiamento público de campanhas se mostra importante para fortalecer a democracia desde duas perspectivas:</p> <p>Pela perspectiva dos Rs da Tributação – a Representação e a Receita - mostram que as pessoas que contribuem com impostos, que viram receitas para financiar diversas ações, como as campanhas eleitorais, se sentem mais legitimadas a cobrar de seus candidatos ações que as beneficiam. Como todas financiaram igualmente, podem cobrar e serem beneficiadas igualmente.</p> <p>Pela perspectiva das ciências políticas, com a possibilidade de igualar as influências das pessoas de distintos níveis de renda sobre a aprovação de novas leis e ações do Executivo.</p>
FIM BG CALL TO ACTION	
Espaço do ouvinte	<p>Agradecemos a todas as pessoas que atenderam nossos pedidos e nos enviaram resposta para a pergunta “Como a Democracia pode fazer com que a economia funcione para todas as pessoas”. As respostas que não entraram nesse episódio vão estar no twitter: e_dasuaconta.</p> <p>E se você também quiser participar de nossas enquetes ou ficar sabendo pelo whatsapp quando um novo episódio está no ar, envia o seu nome e número do seu telefone para info@edasuaconta.com.</p>
SOBE BG ENCERRAMENTO	
Grazi	<p>O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. A produção desta edição é da Daniela Stefano e minha, Grazielle David.</p> <p>Um abraço e até o próximo.</p>
Dani	Um abraço, se você for brasileira, brasileiro, brasileiro, vote em quem defende a democracia no dia 30 e até o próximo!